



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ÚLTIMA LIÇÃO



A noite da Filosofia

Irene Borges-Duarte

Escola de Ciências Sociais (ECS)

Centro de Filosofia, Política e Cultura (PRAXIS)

*Última lição de um percurso institucional
na Universidade de Évora*

Venho hoje, ante vós, em resposta ao desafio amistoso mas institucional de protagonizar, com uma «última lição», a minha despedida desta Universidade, a que dediquei um quarto de século da minha vida profissional como docente de Filosofia. Cheguei em Setembro de 1996, vinda da Universidade Complutense de Madrid, para incorporar a equipa que reinstaurou, neste espaço belíssimo e singular, que é a Universidade de Évora, um curso universitário de Filosofia. Foram anos de luta pela Filosofia, que decerto ainda não terminaram.

Quero começar por agradecer aos Colegas do Departamento, que conceberam e organizaram este acto, o cuidado que nele puseram, a sua atenção para comigo, bem como a sua colaboração efectiva ao longo destes 25 anos de partilha institucional e afectiva. E aos Colegas, Amigos e Amigas, que vieram ouvir-me hoje, agradeço esta oferta do vosso tempo, que espero não desmerecer. À nossa magnífica Reitora, manifesto muito particularmente a minha gratidão por ter encontrado, na sua agenda apertada, lugar para esta presença amistosa.

Será, pois, esta a minha «última» lição, mas não, decerto, a derradeira. Fecha-se, na verdade, um ciclo, uma época da minha vida. Mas está ainda por vir a derradeira: a fala ou o silêncio que sempre vem depois, que chega atrás de tudo o que foi sendo – nesse sentido que, em francês, une etimologicamente *dernière* e *derrière*, termos ambos derivados do latim *de retro*. Não, não é esta a minha palavra extrema e definitiva. É só um momento de despedida – não tanto das pessoas, que me acompanharam e acompanham, mas destas paredes, destes

claustros, deste cenário renascentista, em que me foi dado viver e onde a Filosofia teve um lugar histórico central e relevante, como unidade do saber e fio de união dos diversos saberes.

No fundo, é dessa unidade e dessa diversidade, nos seus tempos próprios, que pensei falar-vos hoje. Não em forma de uma solene *Oratio sapientiae*, tão institucional, mas no modo bem mais humilde e mais próximo, de quem conta uma história. Aquela que, sendo minha, é também, de algum modo, um registo da forma de pensar e de agir, que creio ser a do saber filosófico, tal como o compreendo e pratico.

Quis a sorte que possa fazê-lo à maneira de uma comemoração da própria Filosofia, no dia que a UNESCO instituiu para tal fim: a terceira quinta-feira de Novembro, mês em que nasci. Ai por essa Europa fora, dedica-se-lhe também a noite, para a festejar em intensos encontros e diálogos. Mas eu prefiro, agora, reflectir convosco sobre a vocação mais própria da Filosofia, que não é tanto, no meu entender, a que a Modernidade instituiu como Época das Luzes, mas antes a que a mitologia clássica já tinha querido ver como um *saber mover-se e enxergar* nas trevas.

Ser capaz de reconhecer o oculto e de não se esconder ou assustar com ele é uma das maneiras como a Filosofia acontece. Tempos houve em que a luz da Razão era tão deslumbrante, que teria sido difícil não se entusiasmar com o seu poder clarificador e operativo. Hoje vivemos, porém, tempos mais turvos, menos soberbos, em que as fronteiras desse espaço de luz e brilho deixam adivinhar muitas sombras próximas e permitem desenhar com a imaginação, inteligente e sensível, outros espaços possíveis, por ora encobertos, e assim preparar o pensamento para os reconhecer e, talvez, vir a descrever e a habitar, mais tarde. Mas isso só se dá *se nos deixarmos ir pela noite adentro*, fazendo a experiência da obscuridade e da incerteza que, nela, nos envolve e desafia, mais como uma aventura que como a resolução de um *puzzle*. Dia e noite sucedem-se no ciclo cósmico, que pauta a nossa existência terrena, e a sua co-pertença atravessa o nosso mundo e a nossa cultura num caminho inventivo, que, como o do próprio planeta Terra, é sempre rotativo, circular.

Foi Hegel quem, numa tirada bem conhecida, própria do seu génio, veio dar voz a uma das imagens mais pregnantes da tarefa e condição da Filosofia, quando, no final do Prefácio às suas *Linhas fundamentais da Filosofia do Direito*, lembra que “a coruja de Minerva só levanta vôo ao romper da noite”. A figura da ave nocturna, que não precisa de luz para ver, porque sabe reconhecer, nas trevas, os lugares e os habitantes, traduzia miticamente, no mundo clássico, o sentido do saber da deusa Atena ou Minerva, que sem poder *produzir* luz – apanágio de Zeus/Júpiter, seu pai, com o seu o raio divino –, pode, contudo, *descobrir* os caminhos que levam até ao fazer-se luz, e que se torcem, bifurcam e diversificam, mesmo sem se deixar ver. Essa via é a do conhecimento. Também pode conduzir à produção, mas não à maneira rompante da *phýsis*, que não requer mediação, e sim, apenas, ao jeito menos abrupto das obras da *téchne* ou da *palavra*, que necessitam de um intermediário demiúrgico. Hegel usa esse símil para indicar que a filosofia, enquanto saber, não produz, apenas conhece. E, para isso, *necessita tempo*, amadurecimento, seguir fenomenologicamente o que se realiza na história para encontrar, no seu cumprir-se, o despontar do momento do conceito, do espírito. Pode esse caminho ser o da provação, a experiência do sofrimento, mas só por essa aprendizagem da incerteza e pelo distanciamento da dor e da realidade efectiva se alcança o domínio e a consciência de si – e, portanto, a lenta passagem da noite ao alvorecer da racionalidade plenamente realizada, que Hegel concebia como final do percurso histórico. O crepúsculo seria aqui a figura do tempo, que envelhece e acinzentado – como ele diz – as cores da vida, para libertar o olhar límpido e penetrante, que atravessa a escuridão... ao encontro do gato preto que, como na experiência de Schrödinger, vive e morre nessa nossa incerteza.

Quão longe esta visão da nocturnidade da Filosofia de aquela outra de Hölderlin, seu antigo companheiro de aventuras, que soube perder-se da Razão para dar voz, nesse esquecimento, à noite sagrada do luto pelos *deuses foragidos*, que abandonaram o solo dos humanos, no mundo moderno da objectividade científica e da sua dinâmica imparável. Em vez do sistema hegeliano, o poeta canta a festa e a antiguidade do seu mundo, que liga afectivamente, na dor e na alegria, que porfia no saber do coração, capaz de unir o que o olhar da ciência, para cum-

prir-se, tem de discriminar e separar. A *noite sagrada* permite a experiência da perda e, por isso, *não perde* o elo com o que se *oculta nas trevas*. É uma esperança bem diferente da do entusiasmo na razão dialéctica, empolgada na ascensão ao absoluto de um poder eminentemente autofágico. E a noite, aqui, é justamente o elemento próprio do saber que, embora sem norte, busca e suspeita que o há, aventurando-se a cuidar do seu rasto, a ir na sua peugada, mais pelo olfacto, então, que pela visão e pelo conceito. Nada científico, pois. Apenas poético.

Entre a noite do olhar cognitivo e a noite do olfacto poético está, talvez, a noite da Filosofia, que venho reivindicar: o *poder do vínculo entre os mundos* aparentemente diversos da racionalidade conceptual e da razão poética, que o mundo técnico de hoje em dia teima em manter separados, mas que o viver humano não deixa que se percam um do outro. Porque na convivência e na prática quotidiana da existência há que pôr em jogo ambas, cada uma a seu tempo e ambas no mesmo tempo, que é o nosso: o tempo de cada um e o de todos em conjunto.

Foi, decerto, este uni-verso que estive na origem da uni-versidade: a hipótese de pensar em comum não só os inegavelmente diversos saberes particulares, mas sobretudo o seu estar unitariamente radicado num mesmo alento humano de ser entre-mundos, herdados e construídos, como se de uma ponte alada se tratasse, que juntasse os elementos plurais que, no corpo de um violoncelo, possibilitam a produção dos sons a que chamamos música. Em si, esse vínculo *não existe: produz-se* na junção dinâmica de elementos, que torna comum o produzido e assim comunicado. O saber que vocacionalmente atende a esse *estar unido diversificando-se* em múltiplos campos de visão e acção é a Filosofia. Por isso, ela está na origem da própria ideia de universidade, está no princípio da sua edificação institucional. Mas resiste mal à forma actual da sua realização, tão focada na especificidade de cada âmbito particular, pois, em si, a Filosofia não é nem ciência nem arte, mas o uníssono prévio à bifurcação, derivação e multiplicação dos caminhos, guardando ligado o que depois experimentamos como desligado e parcelar. Tem isso de comum com a religião, decerto, mas em vez de re-ligar, apenas *mantém ligado pelo pensar* o ver teórico (de tudo o que pode ser visto)

e o agir humano, seja ético ou técnico, existencial ou político, no que eu diria ser um andamento circular, de ritmos variáveis, no claro-escuro dos tempos históricos. O seu destino abarca, pois, o perigo de soçobrar nessa sua vocação inicial, de se confundir e transformar-se noutra coisa. Uma outra noite cai então, insone e atenta aos ruídos que possam servir de orientação nalguma nova direcção.

Uma dessas direcções é a da positividade dos saberes científicos, que se foram desenvolvendo graças à linguagem estricte da matemática e seus derivados. Outra é a da espiritualidade, que prescinde da cientificidade em favor da prática meditativa e comunitária. Outra ainda é a que dá primazia à escrita, seja na via literária, seja na intervenção comunicativa no domínio público. Mas há ainda, sobretudo nos nossos dias, a proximidade com a gestão do quotidiano, numa sociedade que se quer do bem-estar, mas se desestabiliza na competição, na ganância de um lugar ao sol na urbe hipercivilizada. A ciência, a espiritualidade, a comunicação e a vida real nunca deixaram de ser focos da atenção filosófica – o que se lhe oferece como o que há de ser pensado. Mas não de uma maneira unilateral, numa consideração especializada. Vejamos.

A Filosofia, ao longo dos séculos, sempre se constituiu tangente a estes círculos. Conforme as épocas, tendeu a identificar-se ou a imitar a forma própria do fazer à maneira da ciência, ou da arte, ou da religião. Tendeu a emular o científico das ciências positivas, ou a refugiar-se no poético ou literário, ou até a aplicar-se no adoutramento ideológico de correligionários, perdendo, em qualquer desses casos, a força do fio inicial, que unia sem reduzir, nem excluir. Então, a *ordem* do pensar parece passar a mandar, em vez de articular apenas. Tem sido esse, porém, o destino da Filosofia, ao longo dos séculos, tornando-a passível, contra si mesma, de servir a vontade de poder... ou os interesses cultural ou politicamente paradigmáticos, em cada etapa histórica.

Ancilla Theologiae, na atmosfera do Medievo; *ancilla Scientiarum*, a partir da Modernidade: instrumento, pois, da Teologia, no desenvolvimento de uma razão servil, mas rebelde e em busca de autonomia; instrumento, ao fim e ao cabo, da Ciência moderna, como meta-Física crítica, na investigação dos fundamentos do conhecimento válido, universal e necessariamente; instrumento, enfim, da

polis, hoje tecnologicamente edificada, como estudo dos processos argumentativos estruturadores da comunicação e da acção cultural e científica. *Ancilla*, pois, de sucessivos amos, que emula, conscientemente ou não. Talvez por isso, por força dessa emulação subreptícia, vem hoje sendo tratada sobretudo como parente pobre dos saberes positivos e triunfantes, especialmente no que têm de aplicabilidade aos diferentes redutos de uma dinâmica socio-cultural plural e em acelerado desenvolvimento. O que hoje interessa é o imediatamente útil, o funcional, o que tem procura profissional, o que tem mercado. Ora, da Filosofia, pela sua vocação inicial, só pode dizer-se que não tem propriamente «utilidade», que só serve para tudo, porque não serve, na verdade, para nada concreto. E, hoje, prima e urge servir para algo específico, claramente indicado e delimitado, susceptível de responder à necessidade de fornecer profissionais ao mercado de trabalho. Ser à maneira sustentável dos outros saberes, num mundo competitivo, dentro de fronteiras nacionais e no confronto a nível global. Nesta situação hermenêutica, a Filosofia – humana, demasiado humana – adapta-se, faz por encaixar no cubo de Rubik da sociedade civil, no formato *ad usum*. E resmunga, para dentro, por não poder exercer-se à maneira plena da sua etimologia e da sua história, a que ainda aspira interiormente, mas sem encontrar lugar hegemónico nem no imaginário social, nem no edifício universitário dos saberes, que o manifesta e dele depende.

Ante isto, os profissionais da Filosofia procuram refúgios vários. Um deles, talvez o mais estéril, é o do tecnicismo elitista do especialista, que já Ortega criticava. Ciência entre ciências de igual gabarito, a prática da Filosofia universitária cultiva as suas áreas com excelência: a História da Filosofia, que assegura o seu lugar na cultura científica, pela sua particular forma de fazer; e as áreas estrela da Lógica, da Epistemologia, da Ética ou da Ontologia, além de novas circunscrições, mais aplicadas. Para os filósofos, que procuram sobreviver dentro da instituição de ensino, é a via de assegurar um lugar na carreira académica, mas também de fixar o reduto epistemológico onde poder falar uma linguagem comum com os seus pares, com os iniciados na filosofia. Do ponto de vista da sobrevivência pessoal é uma boa estratégia, pois não só constitui um emprego, se bem que escasso, como dá continuidade à tradição a que Kant, na sua famosa distinção, chamou

o “conceito escolástico” da filosofia. Garante um lugar respeitável, mesmo se minoritário, na academia.

O outro extremo implica a aceitação do desafio social dos nossos tempos: exige responder na praça de uma cultura marcada pela sociedade industrial na era tecnológica. Implica uma intervenção na ação comunicativa, um pacto com a linguagem geracional, que requer ser entendida pelo público não especializado. Tem uma função social – política, pelo menos no seu sentido mais geral – mas também pedagógica, se ainda lhe for permitido, e decerto terapêutica, na procura de um diagnóstico da situação e de uma indicação crítica de possível mudança. Neste sentido, afinal, desenha-se o que Kant chamava o “conceito mundano” da Filosofia. Mas, para isso, tem de se conquistar a simpatia de um público sempre fugaz, de se falar a língua da plebe e não a do erudito...

No fundo, porém, sempre foi assim. Sempre se deram as duas tendências, sem que necessariamente caíssem no desvinculado. O academismo estrito e o talento disseminador ou de intervenção pública podem coexistir sem estridência numa orientação para a comunidade, que guarde o vínculo entre mundos e entre a prática dos saberes, adaptando-se à mobilidade dos tempos, das vontades e, sobretudo, das necessidades. Há nisto, penso, pelo menos tanto de grandeza como de debilidade.

Debilidade porque há no rigorismo a tendência a manter a distância a pluralidade, a variação e a mudança, para melhor fixar a regra e aplicá-la com fervor metódico. Quando impera a unilateralidade do método em vez da abertura à surpresa e às modalidades do dar-se a ver da verdade, não se abre espaço para o acontecimento do novo, para a descoberta do que se encobre na obscuridade, no que o raio de luz não ilumina. E quando isso se comunica, mesmo que seja muita coisa, enciclopédica ou ecleticamente reunida, aquilo que se transfere é sempre o mesmo: ou é o que se enquadra na linha previamente traçada dentro dos eixos metódicos ou é a amálgama da informação recente, que acaba de ser compilada. Isso define o modo de trabalhar das ciências particulares e a sua particular e inegável fecundidade. Mas não respeita a espessura do que surge do mundo histórico e existencial, em que o humano se move, nem a polissemia dos

acontecimentos, que irrompem de um magma vulcânico, subitamente desperto, mas a que a filosofia se deve, porque tudo solicita a sua resposta.

Debilidade ainda, quando na sua vontade de chegar à comunidade, mantendo as prerrogativas de um método específico, os profissionais da filosofia simplificam os problemas e os transformam em charadas. Para estas há sempre solução – como sabemos pelos testes de escolha múltipla dos exames da disciplina Filosofia, no ensino secundário, neste nosso país. Mas os problemas de que se ocupa o filósofo são os que apenas são compreensíveis, contextualizáveis e, nessa medida, podem ser aclarados nos seus termos e modos, e, portanto, tornados nossos. São os nossos *problemas*, com os quais temos de viver. Mas não são propriamente solucionáveis. Dar-lhes solução faz parte do esforço social ou científico, mas é trair o sentido explicitativo – eu diria fenomenológico – do desenho filosófico, que busca dar a ver o que aparece, dando-lhe palavra. A solução é de ordem científica ou técnica ou até mesmo política, mas não é do foro filosófico.

Para dar um exemplo: a mudança climática. Há muitas vertentes a ter em consideração, a maior parte das quais estabelecidas e investigadas com base em procedimentos de pesquisa e de registo que são estritamente científicos, e dos quais não se pode prescindir. Mas também há aspectos de tipo existencial, com repercussão individual e colectiva nas formas de vida deste mundo, em que somos e estamos. Acções de consciencialização e de mobilização social contra a situação e as suas causas, cientificamente comprováveis, fazem parte igualmente dessa dinâmica socio-cultural e política, em que a existência humana se move e se estrutura. A configuração ideológica de posições coerentes em defesa dos valores ambientais e humanos, no respeito pela vida em todos os seus modos, é também parte desse movimento. O lugar da Filosofia, porém, nesse movimento não é tanto o de defender essas (ou quaisquer outras) posições ideológicas e as doutrinas correspondentes, mas sim o de *tentar compreender e explicitar o problema como tal* problema: algo que deriva e também caracteriza a condição humana, ávida e, portanto, vulnerável; capaz de explorar inteligente e habilmente o ignoto, mas também de sucumbir ao poder que essa capacidade despoleta. É alertar para que há uma situação epocalmente determinada, que pertence ao

desenho do problema. Isto, evidentemente, não é resolver o problema *real*. É só pôr a descoberto o seu significado humano – o que *deverá ser tido em conta* na busca de respostas realistas e conjugadas (socio-económicas, políticas e, naturalmente, técnico-cientificamente apetrechadas), para desenhar uma solução – ao menos paliativa – para o problema efectivo. Assim, sem operar uma transformação do mundo – como dizia Marx, acusatoriamente –, compreender o que está em causa contribui, embora demoradamente, para que ele possa transformar-se. Se a mentalidade não muda, não há perspectiva nem vontade de alterar o *status quo*. Ora, ao filósofo cabe não só descrever criticamente a situação, mas também mostrar o que se oculta entrelinhas, o que a luz informativa não dá a ver: a mutação imanente à própria condição humana, no mundo hipercivilizado da tecnocracia global. O que implica intervir publicamente, falar de modo a ser entendido, não para divulgar informações, mas para dar que pensar, para levantar as questões que se impõem, mas que a inércia inibe ou contorna.

O mesmo se pode aplicar no contexto da configuração de uma via terapêutica e de acompanhamento em situações hermenêuticas individuais e colectivas, no âmbito da intervenção psicológica ou comportamental. Não é por acaso que tanto nos seus primórdios greco-latinos como na modernidade se tenham desenvolvido perspectivas éticas enquanto *phármakon* filosófico do mal-viver disfuncional em comunidade. Essa continua a ser uma modalidade filosófica de contribuir activamente à compreensão do mundo e da vida na actualidade, de forma interactiva e em diálogo com o conhecimento científico, embora de outra maneira, não determinista, não causalista... e, portanto, contra-corrente. O que, sendo uma via alternativa àquela que é política e oficialmente correcta, corre necessariamente o risco – velho como a própria filosofia – de permanecer marginal às formações científicas, que a ignoram.

A debilidade da Filosofia, ao longo de toda a sua história, pode, porém, dizer-se que *é ela própria, na verdade, o seu problema mais próprio*. No meu entender, porque a sua capacidade de esclarecimento é também ela mesma imparável e tende a crer-se onipotente. Há uma sobrançeria filosófica quer enquanto disciplina na ordem dos saberes, quer na sua proliferação em diferentes correntes e métodos

de trabalho. Nessa vertente, qualquer uma dessas correntes se sente na posse da via da verdade, quer no passado, quer no presente. Por isso, despertar para a sua impotência é começar a *aprender a viver a sua noite mais escura*: aquela em que estamos, na era tecnológica, em que a Filosofia perdeu o estatuto de ciência-mãe e de imperatriz do pensar, mas em que se podem discernir problemas novos. Agamben chamou muito especialmente a atenção para a importância dessa aprendizagem da impotência. Vattimo, com o mesmo olfacto, também desenhóu novos caminhos ao que designou como a fecundidade do «pensamento débil». Heidegger, mestre de ambos, havia já alertado para o fim da Filosofia, substituída na sua função-piloto pelo que ele, com a terminologia de Wiener, chamou Cibernetica, ciência da informação e do seu controlo. Também clamou pela urgência cada vez mais premente de recuperar a tarefa originária do pensar. E, quase escandalosamente, afastou essa tarefa da academia e aproximou-a do trabalho artesão, que pensa com as mãos, na sua oficina, ou age pela palavra no seu gabinete ou no seu seminário.

Comecei pela debilidade da Filosofia, porque me parece que reconhecê-la é atender à necessidade de reconfigurar as suas expectativas epistémicas – o que tem repercussão no seu estatuto institucional e no seu lugar académico – mas também requer, sobretudo, não perder a sua vocação inicial e prenante: a ambição de responder pelo saber ao *desafio total* do uni-verso cósmico, ingente mas ordenado, e do humano, insignificante nesse todo, mas industrioso, criativo e gerador imparável de anomalias. Nisso vejo a grandeza, de que antes falava. Porque nas suas práticas – tanto na via académica, docente ou investigadora, como na acção de intervenção social pela palavra e pela escrita – a filosofia cumpre o seu destino inicial como exercício de uma abertura à prodigalidade do que se mostra em cada momento, contribuindo, criticamente, à sua aparição à luz... com todas as suas sombras. Não tanto, pois, como uma *philosophia perennis*, em que reluz uma doutrina e uma verdade universal a defender, mas como um exercício inquisitivo constante do que é verdadeiro, do que está aí no momento que nos é dado viver, no tempo que nos é próprio e em que temos de batalhar.

Essa busca e intento de compreender o que há leva o filósofo, hoje como sempre, à exigência de o manifestar pela palavra, que é o dom humano por excelência.

A palavra, por si só, é ela mesma o índice dessa inquisição: não é algo meramente natural, mas algo cultivado, um *dom de que devemos estar à altura*, que devemos cuidar no seu poder simbólico e também performativo. O rigor da palavra, no seu uso académico mas também no quotidiano, mostra a força do pensar, cuidado com esmero e com paixão. O modo particular como se traduz em fala poderá e deverá ter os mais diferentes acentos e estilos. Pode até tender, como disse Heidegger, a decair em extremos rigoristas, elitistas, sem por isso deixarem, a seu modo, de ser triviais. Mas tem de se manter fiel ao que se mostra, ao que só aparece ao habitar a linguagem, deixando-a falar. A filosofia nasce e permanece sempre filo-logia.

Mas é na liça pública, no espaço aberto da comunicação que a batalha mais veemente tem lugar. É certo que a linguagem tem de ser, então, mais próxima da fala habitual, menos técnica. Mas nem por isso tem que ser menos rigorosa ou mais banal. Prescindir de jargões e gírias científicas ou técnicas é despir-se de armas defensivas e aceitar o diálogo em terreno comum, em espaço aberto não protegido, em igualdade. E é poder mostrar nesse campo o que pode significar ver o que à luz dos holofotes, sob os focos mediáticos, ou talvez apenas na rotina quotidiana passa por óbvio e, portanto, permanece não visto. É essa a obrigação do filósofo, na sua qualidade de contemporâneo, num mundo híbrido de muitos mundos, desfocados e subliminares. Agamben, num texto belíssimo, que eu costumava trabalhar com os meus jovens alunos de Psicologia – numa disciplina optativa que consideraram supérflua e eliminaram do currículo – encontrou uma excelente metáfora para o dizer, à maneira científica. Fala da visão nocturna, habilitada pelas *off cells*, que põem em jogo uma sensibilidade pela qual pode ser visto aquilo que não se mostra à luz do dia. *Glaukós* – o olhar que brilha, sem precisar de luz exterior – é o que os gregos, sem passar pela ciência moderna, viam no divino saber de Atena e na sua ave emblemática, que levanta vôo com o crepúsculo.

Só um apontamento final. Quando eu vim para Évora, a Filosofia, *ancilla* da Educação, tinha a sua sede na acrópole da cidade. Ao lado do templo romano, aberto aos céus e aos elementos, e com vista para a Sé medieval, guerreira e impo-

nente, a Filosofia habitava o Palácio da Inquisição, que apesar do uso tenebroso que se lhe liga, com razão, também representa o mais alto fim do pensamento: perguntar e porfiar na descoberta, inquirindo, e não julgando ou condenando. Houve, porém, de deixar esse lugar privilegiado, pois o seu legítimo dono quis tomar legítima posse dos seus bens. E não houve, então, possibilidade de acolhimento dos filósofos (e dos pedagogos e psicólogos), no espaço histórico da antiga universidade quinhentista, pois estava superlotada pelos departamentos representativos das ciências sociais e pelas suas gentes. Houve, pois, de migrar. Quis o destino que, desse modo, se cumprisse, quase miticamente, o mais temível: o degredo no parque industrial. É, no entanto, a esse mundo da produção técnica e da comercialização hiperbólica que a Filosofia deve hoje dirigir-se: para o enfrentar, inquirir e pôr em questão. Para lhe responder. Para realizar a sua função de pensar o seu tempo.

Da acrópole ao parque industrial: o anoitecer da filosofia nas suas prerrogativas históricas de hegemonia e na sua tendencial sobranceria epistémica talvez seja, justamente, o sinal da mudança do seu paradigma, a exigência que o seu esvoaçar nocturno a leve de volta ao que é mais próprio do seu génio – ver e fazer o que os saberes parcelares não podem conseguir: interpelar o humano no seu todo e abri-lo ao irredutível da sua condição, ao que o envolve e transe e não se coagula em mero conceito. É por isso que necessita ser pensado.

Bom. Já vos contei a minha história. Vou parar aqui. A história não está acabada, felizmente. Ela irá fazendo em vós – assim o espero – o seu caminho. O vosso. E também, lá fora, outros caminhos se irão fazendo. Posso despedir-me, pois, confiando em que continuará a ser contada de outras maneiras, e também à vossa, pensando mais profundamente e em diálogo o que tentei dar a entender. Mas é suficiente, por hoje. Não gostaria de vos cansar, pois a noite ainda não chegou e há que estar com alento para a desfrutar e aproveitar. Pois a Filosofia, aristotelicamente, também se diz de muitas maneiras.

Uma palavra só, para que a despedida o seja em expressão de gratidão, desse amor que habita a própria palavra filo-sofia. Di-lo-ei com Violeta Parra, embora sem a voz e a beleza que ela teria ao cantar: *Gracias a la vida, que me ha dado tanto.*

Deu-me, sobretudo, a graça de vos encontrar, pela via da Filosofia, nos seus dias e nas suas noites: a graça da amizade, que começa pelas afinidades electivas, mas se afiança no encontro e na companhia em tantas outras situações e percursos.

Mestres, Colegas, Estudantes, Amigos e Amigas: grata pela vossa presença aqui e, acima de tudo, na minha vida.

Em Évora, no Dia da Filosofia, 17 Novembro 2022

Título

Última Lição ~ volume I

Edição

Universidade de Évora

Coordenação

Hermínia Vasconcelos Vilar e Noémi Marujo

Autores

Irene Borges-Duarte, Jorge de Oliveira, José Alberto Gomes Machado,
José Manuel Caetano, Mourad Bezzeghoud, Pedro Paulo Alves Pereira

Projeto gráfico

João Morgado [Divisão de Comunicação]

Impressão

Capa: Gráfica Eborense

Miolo: Unidade de Impressão e Encadernação

Évora, novembro de 2025

Depósito Legal n.º 556285/25

ISBN 978-972-778-495-0

Tiragem ~ 100 exemplares